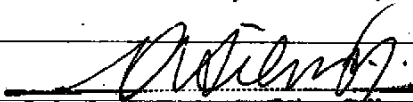


Artigo 3º: As verbas para a execução da presente lei, deverão constar no orçamento anual, sendo que para o corrente exercício fica aberto na contabilidade municipal um crédito especial de Cr\$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros) que será coberto com os recursos do saldo financeiro do exercício de 1960.

Artigo 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Piedade, em 10 de Outubro de 1961


Antonio Augusto da Silva Filho
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na Secretaria Municipal da mesma data supra.


Armando Paesler
Secretário - Contador

Lei nº 407 de 10 de Outubro de 1961
Que regula a concessão de auxílio e subvenções. -

Antonio Augusto da Silva Filho,
prefeito municipal de Piedade Estado
de São Paulo etc.,

Usando de suas atribuições conferidas por lei :-

Faz saber que a Câmara Municipal de Piedade decreta e ele promulga a seguinte lei :-

Artigo 1º - O município prestará sua cooperação financeira à entidades assistenciais ou culturais, que mediante a conc-

asas de subvenção física anual, para realização de seus objetivos - normais, quer de subvenção extraordinária, para ocorrer a serviços de natureza especial ou temporaria, também executados pelas mesmas entidades.

1º Consideram-se instituições assistenciais, aquelas, que se destinam a escusar o serviço social, tais como as de:

a) Assistência sanitária

b) Amparo a maternidade

c) proteção da saúde da criança

d) Assistência a qualquer espécie de doentes

e) Assistência aos necessitados e desvalidos

f) Assistência à velhice e inválidos

g) Amparo à infância e à juventude em Estado

h) Educação pré-primária, profissional e secundária e superior

i) Educação e reeducação de adultos

j) Educação de anormais

k) assistência aos exaltados

l) Amparo a toda sorte de Trabalhadores, intelectuais e manuais

m) Prestação de outras modalidades de serviço social.

2º Consideram-se instituições culturais àquelas, que se propõem a realização de quaisquer atividades concernente ao desenvolvimento da cultura, tais como as de:

a) Produção filosófica, científica e literária

b) - Cultivo de esportes.

c) - Conservação do Patrimônio cultural

d) intercâmbio intelectual

- e) Difusão cultural
- f) Propaganda ou campanha em favor causas patrióticas ou humanitárias.
- g) Organização da juventude
- h) Educação física ou esportes
- i) Educação cívica
- j) Juventude

Artigo 2º - Não se compreendem, para os efeitos desta lei as subvenções, que o Município concede às entidades de caráter privado, mediante contrato, para exercerem determinadas do serviço de competência ordinária municipal ou obras de campanhas diretamente executadas pelo governo do Estado.

Artigo 3º Os pedidos de subvenções, exceto os referentes subvenção extra ordinária, devem ser dirigidos ao Prefeito Municipal, dentro do primeiro trimestre de cada ano.

1º Todos os pedidos de subvenção devem vir acompanhados de circunstanciada exposição justificativa de sua necessidade e do emprego que lhe será dado, bem como instruídos com documentos hábeis provando o adimplimento dos seguintes quesitos:

a - Prova de que tem personalidade jurídica
b - Funcionamento regular durante pelo menos um ano.

c) Destinar-se a alguma das finalidades constante do artigo 1º - e 2º.

2º Todo dirigente idôneo, e seja qual for o caso, devidamente registrado, nos órgãos

competentes municipais, estadual ou federais
e - Patrimônio ou renda regulares, atentas
às condições do meio

f - Não receber outro qualquer auxílio
do município, excutando o caso de
subvenção extraordinária, prevista no artigo
1º;

g - Não dispor de recursos próprios suficientes
para a manutenção e aplicação dos
seus serviços;

h - Registro prévio nos órgãos competentes
estaduais, quando assim exigir a
legislação em vigor;

i - Registro prévio na secretaria da prefei-
tura, do qual constem a sua denomina-
ção, sede, finalidade e o nome da direção
em exercício;

j - Sendo subvenção extraordinária, provar
as circunstâncias de natureza temporária
ou especial que a justificam.

2º O requisito constante da alínea "a"
deverá ser provado por certidão de registro
público. Os demais requisitos poderão ser
provados mediante atestado com firmas
reconhecidas, de autoridades federais estade-
ais ou municipais existentes na locali-
dade, nem que tiver sede a instituição,
uma vez que estes não fazem parte.

Artigo 4º Tratando-se de estabelecimento
de ensino, será exigido mais o seguinte:

a - Preencher o curso no mínimo 30 (trinta)
alunos matriculados de matrícula, e

frequência média de 20 (vinte) alunos;

B- Possuir corpo docente idôneo, a juízo do prefeito.

b- Lecionar 6 (seis) alunos gratuitos, pelo menos indicados pelo prefeito, dentre os filhos de famílias numerosas e sem recursos, que o requererem, sendo isento de selos e emolumentos,asse requerimento dos pais ou responsáveis;

D- Ter sido inspecionado, ao menos uma vez pelo prefeito ou funcionário por este designado, obtendo parecer favorável, por escrito, ressalvada a hipótese de falta de fiscalização sem culpa da instituição;

e - Ministar no mínimo, o ensino da língua materna, cálculo, história do Brasil, educação moral e cívica, salvo tratando-se de escola destinada a um ramo de arte ou ensino especializado;

f- Ser instalado em prédio, que reúna um mínimo de condições de higiene, fulgado indispensáveis ao seu funcionamento pelo prefeito.

g- Dar 170 (cento e setenta) dias de aulas por ano ao menos 20 (vinte) por mês, salvo os períodos de férias.

Único - Dócento para percepção da subvenção municipal, pela primeira vez, e que deverá a instituição provar os requisitos das alíneas "a" e "B".

Artigo 5º As instituições que já houverem recebido subsídio deverão ainda sub pena

de não ser concedida a subvenção:

a - Apresentar relatório circunstanciado de suas atividades no ano anterior, inclusive balanço de suas contas;

B - Haver atendido todos os pedidos de informações feitas por órgãos municipais, estaduais e federais, principalmente os de estatística.

C - Haver admitido inspeção e fiscalização da prefeitura, sem prejuízo de sua autonomia;

d - Tratando-se de estabelecimento de ensino, associação desportiva, operária ou assemelhados, apresentar atestados fornecidos pelo secretário da prefeitura, de que participou das solenidades cívicas, para que recebeu convocação e se for o caso, de que cumpriu as determinações referentes à arregimentação da juventude;

e - Se for instituição de ensino ter enviado mensalmente, com o "visto" do prefeito, ao departamento de educação do estado, o mapa resumo da matrícula e frequência dos alunos, segundo os modelos por este adotados, e anualmente um mapa dos alunos aproveitados nas promoções e exames finais e um resumo das principais ocorrências da escola durante o ano, bem como haver acatado e cumprido as determinações do referido departamento na matéria de sua

atribuição.

Artigo - 6º

Artigo - 7º

Artigo - 8º

Artigo - 9º - aprovada a concessão de subvenção ou auxílio, o prefeito o incluirá no orçamento para exercício seguinte encaminhando-o à câmara na forma da lei.

Artigo 10º - do orçamento anual da despesa do Município, constarão verbas globais por serviços, destinadas às subdivisões:

a - Subvenções ordinárias;

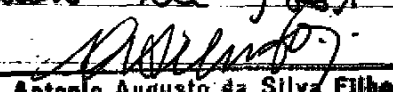
B - Subvenções extraordinárias

c -

Artigo 11º - Haverá na prefeitura um registro de todas as instituições subvencionadas na forma da lei do qual constará dados relativos às suas atividades e histórico de suas relações com o governo Municipal

Artigo 12º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Piedade, em 10 de Outubro de 1961


Antonio Augusto da Silva Filho
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na secretaria Municipal, na mesma data supra.